

## “A ESPERANÇA DANÇA NA CORDA-BAMBA DE SOMBRINHA” – POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE LULA A BOLSONARO<sup>1</sup>

Jarles Lopes de Medeiros <sup>2</sup>

Patricia Lima Bezerra <sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar um anúncio-denúncia das políticas (ou ausências) educacionais durante os dois primeiros anos do governo Bolsonaro, tendo como ponto de partida a análise de algumas das principais medidas educacionais. Tem como principal aporte teórico o conceito de anúncio-denúncia do educador pernambucano Paulo Freire, e nasce da necessidade de se discutir os possíveis rumos da educação brasileira após a ascensão de um projeto governamental crivado pelo conservadorismo neoliberal. Como metodologia, foi realizada uma discussão bibliográfica sobre o tema. Os resultados apontam que ao analisarmos a postura e as falas da tríade ministerial da Educação no Governo Bolsonaro percebemos que a pasta foi conduzida com o mesmo esmero e atenção com que foi retratada no plano de governo apresentado à sociedade.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Governo Bolsonaro. Anúncio-denúncia.

### INTRODUÇÃO

As políticas públicas, em todas as suas esferas de poder, impactam direta ou indiretamente, a construção da educação nacional. As diretrizes e normas federais orientam e/ou definem, a depender do caráter de incumbência e obrigatoriedade, as políticas educacionais estaduais e municipais. Tendo como marco inicial a conturbada e questionável transição de um governo progressista para um projeto de governo conservador neofascista, experimentada pelo Brasil desde 2016, este artigo tem como objetivo realizar um anúncio-denúncia das políticas (ou ausências) educacionais durante os dois primeiros anos do governo Bolsonaro, tendo como ponto de partida a análise de algumas das principais medidas educacionais. Como metodologia, foi realizada uma discussão bibliográfica sobre o tema.

Partindo da leitura da atual conjuntura, o anúncio-denúncia deste texto tem como objetivo construir uma narrativa que sirva de registro histórico do período que

---

<sup>1</sup> Uma versão deste artigo foi publicado no livro “Educação e Sociedade”, organizado por Polyana Nogueira Dias e Jarles Lopes de Medeiros. Editora Alexa Cultural, São Paulo, 2021.

<sup>2</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto da UECE. [jarles.lopes@uece.br](mailto:jarles.lopes@uece.br).

<sup>3</sup>Graduada do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará- UECE, [patricia.lima@educacao.fortaleza.ce.gov.br](mailto:patricia.lima@educacao.fortaleza.ce.gov.br).

compreende os dois primeiros anos do bolsonarismo no Brasil. A escrita da História no tempo presente constitui desafio para a nova historiografia, escrita realizada a partir do “poleiro particular do qual historiadores/as sondam o mundo” (HOBBSBAWN, 1997).

Faremos ao longo do artigo uma série de apontamentos de fontes e indicações de leituras sobre a temática, na esperança de que possíveis “assassinos da memória”, os capciosos revisionistas do Estado neofascista, encontrem obstáculos ao engendrar o negacionismo histórico, afinal, “A pior de todas as historiografias é evidentemente a historiografia de Estado, os Estados raramente admitem o fato de terem sido criminosos.” (NAQUET, 1988).

Para uma melhor compreensão do cenário educacional bolsonarista, faremos uma contextualização das políticas públicas que antecederam a ascensão do projeto neoliberal de Jair Messias Bolsonaro.

### **“ALEGRIA, ALEGRIA” – A EDUCAÇÃO AVANÇA COM LULA E DILMA**

*Por entre fotos e nomes  
Sem livros e sem fuzil  
Sem fome, sem telefone  
No coração do Brasil  
Alegria, alegria – Caetano Veloso*

O início dos anos 2000 inaugurou no Brasil um período de importantes transformações sociais. Pela primeira vez na História, o Brasil elegia um presidente advindo da classe operária. O nordestino, metalúrgico e líder sindical, eleito presidente, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/ 2007-2010), a quem Paulo Freire atribuiu “uma profunda capacidade de ler a realidade brasileira mesmo não possuindo formação, no sentido acadêmico” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 110), deu início a uma série de programas sociais até então inéditos no país. Aqui iremos listar as principais ações governamentais da gestão petista voltadas à pasta da Educação.

Já no primeiro ano do mandato de Lula, podemos apontar uma importante conquista social no campo da Educação: a criação da lei 10.639/2003, que trata da inclusão do ensino de História e cultura afro-brasileira no currículo oficial da educação básica, posteriormente alterada pela Lei 11.645/2008, que incluía em seu texto os povos indígenas.

Tais leis, incorporadas à Lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, configuraram uma histórica mudança no currículo básico da Educação, representando os

passos iniciais rumo ao reconhecimento e valorização das contribuições históricas dos povos africanos e indígenas para a formação da identidade nacional.

As ações voltadas para a Educação nos dois mandatos de Lula tiveram como principais objetivos a universalização e melhoria da Educação Básica e a democratização de acesso das camadas sociais mais vulneráveis ao Ensino Superior. Assumindo a gestão de um Brasil que, após sobreviver a mais de vinte anos de ditadura civil-militar, vivenciou uma intensa agenda de privatizações, o Partido dos Trabalhadores não considerava a Educação apenas como um dos pontos do plano de governo, mas um veículo essencial no caminho para a diminuição das desigualdades socioeconômicas (GENTILI; OLIVEIRA, 2013).

Em 2006, através da Emenda Constitucional nº 53 e posterior Lei 11.494/2007, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb), no intuito de substituir e ampliar o Fundef - Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Considerando que o investimento destinado à pasta da Educação durante a década de 1990 havia se concentrado no nível fundamental, então, era necessário estender o investimento aos demais níveis básicos (Educação Infantil e Ensino Médio).

Já em 2008, a categoria docente alcançou uma vitória essencial no que diz respeito à profissão: foi instituída a Lei 11.738/2008. Conhecida como Lei do Piso, determinava o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), garantindo que estados e municípios pagassem um valor mínimo aos/às docentes dos níveis básicos da Educação Nacional.

A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, garantiu a obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica dos quatro aos dezessete anos de idade, inclusive para quem não teve acesso na idade própria. Vale aqui o destaque da redação do § 3º do art. 212 da Constituição Federal, quanto à distribuição dos recursos públicos, assegurando a “prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação”.

O Governo Lula recebeu a importante missão de garantir o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação, a Lei 10.172/2001, que, aprovada durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, determinava a implantação e desenvolvimento do PNE com duração de dez anos. O primeiro Plano Nacional de Educação deveria

vigorar entre os anos de 2001 a 2010, corroborando o texto na E.C. 59 e estabelecendo diretrizes e metas de gestão e financiamento da Educação.

No âmbito do Ensino Superior, encontramos uma ação governamental amplamente divulgada, e também criticada, da gestão petista: o Prouni. O Programa Universidade para Todos, instituído pela Lei 11.096/2005, tinha como objetivo a ampliação e democratização do acesso das camadas populares ao Ensino Superior através da concessão de bolsas de estudos parciais e/ou integrais em instituições privadas do referido nível da Educação.

Tal política gerou severas críticas à administração petista, uma parcela dos movimentos sociais não concordava com o investimento de recursos públicos em instituições de ensino privadas e cobravam a aplicação desses recursos na ampliação e melhoria da máquina pública educacional. Gentili e Oliveira fazem uma leitura relevante acerca dessa polêmica:

O que o governo Fernando Henrique privatizou no campo universitário o governo Lula tentou dotar de conteúdo social e potencial democratizador. Não parece ter sido pouco: o crescimento da matrícula universitária promovida pelo Estado (no subsistema privado) foi espetacular nos últimos dez anos. A diferença do crescimento experimentado no período de 1995 a 2002 foi resultado de um aumento na distribuição de oportunidades para os setores historicamente excluídos, em vez de uma expansão em busca do lucro (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 395-396).

Com o objetivo de ampliar o acesso e garantir a permanência nas instituições federais de ensino superior, o Governo Lula criou o Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -, em 2007, ano em que foram criados o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), este último elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A essência do Plano de Desenvolvimento da Educação pode ser sintetizada na fala do então Ministro da Educação e professor, Fernando Haddad:

O PDE oferece uma concepção de educação alinhada aos objetivos constitucionalmente determinados à República Federativa do Brasil. Esse alinhamento exige a construção da unidade dos sistemas educacionais como sistema nacional – o que pressupõe multiplicidade e não uniformidade. Em seguida, exige pensar etapas, modalidades e níveis educacionais não apenas na sua unidade, mas também a partir dos necessários enlaces da educação com a ordenação do território e com o desenvolvimento econômico e social, única forma de garantir a todos e a cada um o direito de aprender até onde o permitam suas aptidões e vontade (MEC, 2008, p. 05).

Os mandatos da presidenta sucessora de Lula, Dilma Roussef, deram continuidade às políticas educacionais desenvolvidas anteriormente, como, por exemplo, o programa Mais Educação, previsto pelo PDE de 2007 e regulamentado por meio de

decreto em 2010, tratando-se de um incentivo à ampliação da jornada escolar na educação básica pública.

Em 2011, primeiro ano do mandato de Dilma Roussef, foi criado, sob a Lei 12.513/2011, o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego -, com o objetivo de ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica financeira.

Uma das políticas públicas que mais marcou a gestão petista no Ensino Superior foi implementada durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Roussef. A Lei 12.711 de 2012, que estabeleceu o sistema de cotas étnico-raciais nas universidades e institutos técnicos federais, configurou uma mudança expressiva no tocante à promoção de igualdade, atendendo às demandas defendidas há muito pelos diversos movimentos e setores sociais.

Outro importante desafio do Governo Dilma surge após a CONAE, Conferência Nacional da Educação), realizada entre 28 de março e 1º de abril de 2010, em Brasília. A conferência reverberou vozes da sociedade civil organizada e pareceres de diversos/as profissionais da educação de todo o território nacional. Com a participação do poder público, entidades de classe, estudantes, educadores, educadoras e famílias, a CONAE culminou na elaboração do segundo PNE, com vigência no decênio 2011 - 2020. (MEC, 2010).

No Plano Nacional de Educação, por sua vez, foram estabelecidas vinte metas e estratégias a serem alcançadas no campo educacional até 2020, com foco na universalização de oferta de vagas no nível básico, incentivo à ampliação e aprimoramento da formação docente em todos os níveis da Educação, melhoria dos índices educacionais e ampliação dos recursos destinados à pasta.

Cada uma das vinte metas que compõem o documento é acompanhada de estratégias específicas para o alcance. Dentre todas, destaco a Meta nº 20 - Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do país. Tal propósito servirá como ponte para a próxima (e conturbada) etapa desta pretensa contextualização.

**“BRASIS” – DO GOLPE A BOLSONARO**

*Tem um Brasil que é próspero  
Outro não muda*

*Um Brasil que investe  
Outro que suga  
Um de sunga  
Outro de gravata  
Tem um que faz amor  
E tem o outro que mata*

*Brasis - Gabriel Moura / Jovi Joviniano / Seu Jorge*

Ensinar exige de profissionais da educação uma diversa gama de saberes e fazeres docentes, entre os quais destaco: “liberdade, autoridade e tomada consciente de decisões”. A partir dessas premissas freireanas é que decidimos chamar de golpe, e não de *impeachment*, processo que destituiu a presidenta Dilma Roussef, reeleita democraticamente em 2014. Compreendendo também que ensinar exige criticidade e ética, é preciso explicar que os motivos pelos quais a chefe do poder executivo federal teve seu mandato cassado não se traduzem na acusação de improbidade administrativa, as conhecidas pedaladas fiscais (FREIRE, 2019).

Desde antes da reeleição de Dilma, ainda em 2013, o Brasil começou a experimentar os efeitos da crise econômica mundial, uma série de protestos começou a pipocar pelo país, conhecidos como Jornadas de Junho. Essas manifestações, cujas pautas, levantadas pelas mais diversas bandeiras e movimentos e sem liderança partidária, iam desde o aumento das passagens de ônibus e metrô, passando por questões de gênero e violência, até o impacto das obras para sediar a Copa do Mundo de 2014, acabaram “acordando um gigante”. O gigante que acordou acendeu o pavio de um Brasil de pólvora que viria a explodir em 2016.

A crescente insatisfação popular com o aumento de preço de produtos e serviços, a articulação de grupos empresariais e elite, além do papel desempenhado pelos veículos de mídia em torno dos baixos índices de popularidade de Dilma Roussef, são alguns ingredientes do caldeirão social, prestes a entornar, que se tornara o Brasil.

O início do século XXI foi marcado pela ascensão de governos de esquerda em diversos países da América-Latina, um reflexo da profunda insatisfação popular com os efeitos das antecessoras políticas neoliberais. Michel Löwy explica a motivação do que chama de pseudogolpe legal:

Se observarmos a história mundial nos últimos dois séculos, o que predomina é o Estado de exceção. A democracia é que foi excepcional. De uma forma ou de outra, fica claro que ela é um peso grande para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro. A democracia atrapalha, ela não facilita o trabalho da política capitalista. Daí a tendência a reduzir o espaço democrático, tomar medidas de exceção e até mesmo usar o método do golpe,

como estamos vendo na América Latina. O golpe de 2016 no Brasil não é o primeiro (LÖWY, 2016, p. 75).

Não pretendo aprofundar o debate acerca das raízes do golpe de 2016, amplamente debatido em obras muito elucidativas como *A radiografia do golpe*, de Jessé Souza, e *Por que gritamos golpe?*, publicada pela Boitempo, ambas de 2016. Apenas faz-se necessário o alerta acerca de determinadas narrativas simplistas e/ou tendenciosas sobre a temática.

Após uma votação transmitida em rede nacional, a câmara de deputados aprovou, em 31 de agosto de 2016, o “*impeachment*” de Dilma Roussef. O afastamento de Dilma da cadeira presidencial deu passagem ao início do desmonte público, iniciado pelo então vice de Dilma, agora empossado, presidente Michel Temer e seus aliados políticos.

A gestão Temer (2016-2018) realizou medidas e reformas que possibilitaram graves retrocessos nos campos socioeconômico e educacional. A “Ponte para o futuro” de Temer colocava a “Pátria Educadora” no caminho da dissolução de políticas públicas essenciais, anunciando um temeroso horizonte social e sinalizando “Ordem e Progresso” para as reformas neoliberais no Brasil.

Ainda em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, mais conhecida como PEC da Morte, que limita o teto de gastos públicos, congelando o investimento em Educação, Saúde e Proteção Social durante os próximos vinte anos. A aprovação da regra fiscal, mesmo após manifestações de vários setores da sociedade, colocou em risco a viabilização da Meta 20 do PNE (2011-2020), que previa justamente o oposto - a ampliação dos recursos públicos destinados à Educação.

Também em 2016, o senador Magno Malta (PL/ES) apresentou o Projeto de Lei 193/2016 que pretendia incluir no texto da LDB o Programa Escola sem Partido. O projeto, retirado pelo senador em 2017, teria como principal objetivo impedir que professores e professoras utilizassem as salas de aula como campo de doutrinação político-partidária e garantir o papel de neutralidade da escola frente às questões políticas, morais e religiosas (SPERANDIO; MUNIZ, 2017).

Outra importante mudança engendrada pela gestão Temer foi a aprovação da Lei 13. 415/2017, a reforma do Ensino Médio, articulada há tempos pelos setores privados da Educação, que reorganizou o nível em itinerários formativos com flexibilização do currículo e foco no tecnicismo, além da admissão de profissionais com notório saber, excluindo a exigência de formação específica para atuar no nível médio.

A reforma do Ensino Médio, aprovada a toque de caixa pela gestão Temer, sofreu inúmeras críticas do setor público da Educação e da sociedade civil, principalmente no

que diz respeito ao desprezo pelas Ciências Humanas, afinal, as disciplinas de História, Sociologia e Filosofia, antes obrigatórias nas três etapas no Ensino Médio, passavam a ser ofertadas aos/às estudantes que optassem pelo itinerário formativo na área de humanas. Outras reformas, como a Trabalhista de 2017, também impactaram direta ou indiretamente na Educação brasileira; porém, analisá-las não configura o principal objetivo deste texto.

Antes de analisarmos a Educação na gestão bolsonarista, é preciso caracterizar o processo eleitoral que levou Jair Messias Bolsonaro a ocupar o posto de chefe do Executivo Federal. A corrida presidencial de 2018 foi marcada pelo acirramento entre esquerda e direita e teve ampliado o campo de disputa através das redes sociais. A campanha conduzida pelo PSL, na época partido de Bolsonaro, e aliados teve como principais características notícias falsas e calúnias direcionadas aos adversários, especialmente à chapa composta por Fernando Haddad (PT) - ex-ministro da Educação (2005-2012) e ex-prefeito de São Paulo (2013-2016) - e Manuela d'Ávila (PC do B), deputada federal pelo Rio Grande do Sul (2007-2015), além de apresentar propostas superficiais que não apontavam soluções concretas para os problemas brasileiros e uma agenda econômica fundada em reformas que aprofundam as desigualdades sociais, como a Reforma da Previdência.

Precisamos relembrar as narrativas construídas e disseminadas por Jair Bolsonaro durante o pleito, pois estão diretamente ligadas à visão de Educação Nacional que a direita conservadora tratou de impingir à opinião pública. Os veículos de mídia e as redes sociais foram inundados por notícias da existência de um suposto Kit Gay, que teria sido distribuído em algumas escolas, e das amplamente alardeadas mamadeiras de piroca, distribuídas em creches pelo governo petista. A vitória, em segundo turno, de Bolsonaro inaugura no Brasil a chamada era da pós-verdade, com intenso bombardeio de discursos de negacionismo histórico e científico e desprezo à Educação e às demais Ciências (MEDEIROS; JUCÁ, 2021).

Para dar início à nossa análise da política educacional bolsonarista, chamamos atenção para o programa apresentado pelo candidato em 2018. O programa de governo apresentado em poucas páginas, que não conta com notas técnicas e/ou pareceres de especialistas, aponta a seguinte linha de ação para Saúde e Educação: “[...] eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar (grifos nossos)”. Em dois outros momentos, no documento, a equipe de Bolsonaro demonstra raso

conhecimento acerca da estruturação dos níveis da Educação Básica, ao tratar Educação Infantil e Ensino Médio como etapas que não integram o nível básico.

Nas páginas dedicadas à Educação, o programa apresenta um diagnóstico da situação educacional do país e aponta o principal entrave para o desenvolvimento do setor: “a forte doutrinação” e a “sexualização precoce”. O documento aponta:

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, **expurgando a ideologia de Paulo Freire** (*grifos nossos*), mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas (Proposta de Plano de Governo, Bolsonaro 2018).

No que diz respeito ao Ensino Superior, o programa sinaliza o fomento a parcerias com a iniciativa privada e aponta o intuito de incentivar o empreendedorismo juvenil. Em momento algum, o documento cita o Plano Nacional de Educação ou apresenta um esboço de planejamento para o alcance das metas já determinadas pelo PNE. No fim das contas, o programa de governo bolsonarista se resume a uma declaração de guerra à esquerda e a suposta doutrinação praticada por professores e professoras nas escolas públicas.

Em 2019, após receber a faixa presidencial, Bolsonaro apresentou sua equipe ministerial, nomeando para o Ministério da Educação o filósofo Ricardo Veléz Rodríguez, que ficou à frente da pasta por apenas três meses e colecionou uma série de polêmicas. Veléz tentou alterar o edital do PNLN (Programa Nacional do Livro Didático) de modo a suprimir a exigência da ausência de erros nas obras escolhidas e determinando a inclusão de “revisões bibliográficas”; orientou que as escolas realizassem registros em vídeos da execução do Hino Nacional, bem como a leitura de uma carta de sua autoria, e enviassem ao ministério. As medidas do ministro foram revogadas pelo próprio MEC, dias depois.<sup>18</sup>

Outras tentativas infrutíferas do ministro: suspensão da avaliação da alfabetização por dois anos e a instauração de uma comissão de avaliação para questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As declarações de Veléz, dentre as quais está o negacionismo da Ditadura Militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, traduzem a proposta bolsonarista para a Educação: “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]”.

Demitido em abril de 2019, Veléz foi substituído pelo economista Abraham Weintraub. Uma das grandes bandeiras do novo ministro e de seu antecessor é o combate ao marxismo cultural nas universidades. Na cerimônia de posse do ministério, o

presidente Jair Bolsonaro apontou: “Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente, dentro das escolas, não é?”.

A mudança de ministro não representou alterações das características de gestão da pasta; pelo contrário, Weintraub também colecionou uma sucessão de falas polêmicas e deu continuidade à perseguição ideológica com o aval do presidente. Desde o desprezo à Constituição Federal de 1988, desrespeito ao Supremo Tribunal Federal - a quem chamou de “vagabundos”, e às Universidades - acusadas de promover “balbúrdia”, passando por declarações racistas e antisemitas em redes sociais, incluindo erros crassos de ortografia e na aplicação do ENEM de 2019, a gestão Weintraub representou a atrofia da Educação no Brasil. As medidas de Weintraub para a Educação serão abordadas no capítulo seguinte, através das falas coletadas nas entrevistas.

Pressionado pela opinião pública acerca das ações do ministro e com a crise em que o país mergulhou no início de 2020, gerada pela Pandemia de COVID - 19, Bolsonaro demitiu o economista em junho, após catorze meses de gestão. Ainda em junho de 2020, Carlos Henrique Decotelli, também economista, foi nomeado por Bolsonaro para assumir o MEC, mas renunciou antes da posse, após declarar em seu currículo títulos que não possuía, como o de Doutorado, cuja tese foi reprovada pela Universidade de Rosário – Argentina. Em julho de 2020, o teólogo e pastor evangélico Milton Ribeiro foi empossado Ministro da Educação. Ribeiro assumiu uma das pastas governamentais mais importantes do Brasil num cenário muito crítico.

Com o isolamento social decretado por estados e municípios em todo o território nacional, as aulas presenciais foram suspensas no fim de março de 2020. O novo ministro recebeu a missão de desenvolver e apresentar planos e estratégias do MEC para o ensino remoto emergencial. Podemos dizer a liderança de Milton Ribeiro no MEC já começou dando errado, como uma espécie de eco amplificado de seus antecessores.

Em entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, em setembro de 2020, Milton Ribeiro desrespeitou a categoria de profissionais que deveria representar e liderar ao afirmar que “ser um professor é ter quase que uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa”. Ainda na referida entrevista, após a absurda afirmação reproduzida acima, o ministro eximiu o MEC de desempenhar o papel na diminuição das desigualdades sociais e cometeu crime de homofobia ao afirmar que estudantes LGBTQI+ eram resultado de famílias desajustadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS (?)**

O que na primeira década dos anos 2000 parecia começar a caminhar democraticamente passa a mancar de forma incerta e alarmante. O golpe sofrido pela democracia brasileira em 2016 abriu alas para o desfile do *freak show* (MEDEIROS; JUCÁ, 2021) dos pensamentos conservadores neofascistas e neoliberais.

O MEC de Bolsonaro se tornou símbolo do desmonte educacional e socioeconômico arquitetado e posto em prática com o auxílio das elites e da classe média-alta brasileira (que se julga elite), no intuito de barrar o avanço popular no movimento de ocupação de espaços que lhes pertencem, por direito e justiça.

Ao analisarmos a postura e as falas da tríade ministerial da Educação no Governo Bolsonaro, percebemos que a pasta foi conduzida com o mesmo esmero e atenção com que foi retratada no plano de governo apresentado à sociedade. O Ministério que seria responsável por impulsionar, apoiar, orientar e defender o desenvolvimento da Educação no Brasil tornou-se aparelho da guerra ideológica projetada pelo bolsonarismo contra as históricas políticas públicas que viabilizavam o estado de bem-estar social, desconfigurando e pondo em risco os avanços do setor educacional na última década.

Resta-nos agora, enquanto sociedade civil, vivenciar os desdobramentos das decisões governamentais de Bolsonaro sobre a Educação Nacional, além de fazer usufruto dos direitos e deveres da cidadania, ainda assegurada pela Constituição Federal, e exigir do (des)governo a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade. A nós, profissionais da educação, resta-nos a luta. Como bem define Bell Hooks, ao destacar que nesse cenário há uma gama de possibilidades para se trabalhar em prol da liberdade, em que podemos “[...] exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir” (HOOKS, 2017, p. 273).

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. Sular. *In*: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Org.) **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 385-387.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia** – O cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 58<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil.** SADER, Emir (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 390-405.

HOBSBAWN, Eric. O presente como História. *In*: HOBSBAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 208-218.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Org.) **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. [recurso eletrônico] 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 74-82. MEC. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas / Fernando Haddad. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

MEC. Construindo o sistema nacional articulado de educação: **O plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação.** CONAE 2010. Brasília, 2010. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010\\_doc\\_final.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf). Acesso em: 24 fev. 2021.

MEDEIROS, Jarles Lopes de; JUCÁ, Gisafran, Nazareno Mota. Conservadorismo, ciência e religião: o freak show da política brasileira. *In*: GOMES, Izandra Falcão; MEDEIROS, Jarles Lopes de; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de. **Políticas educacionais: debates sobre formação docente, currículo e didática.** Fortaleza: EdUECE, 2021.

NAQUET, Pierre Vidal. **Os assassinos da memória: “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre revisionismo.** Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1988.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SPERANDIO, Renan dos Santos; MUNIZ, Ana Carolina Henriques do Nascimento. Paradigmas positivistas nas reformas educacionais do (des)governo Temer: do Escola sem partido ao Novo ensino médio. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate,** Salvador, v. 9, n. 3, p. 211-219, dez. 2017. Disponível em: <https://cienciasmedicabiologicas.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/23668/1529>. Acesso em: 24 fev. 2021.